



# Sob Ruínas e Atlas: sobre os mundos carregados por Samuel Purchas

Under Ruins and Atlas: on the worlds borne by Samuel Purchas

Vitor Claret Batalhone Júnior

Doutor em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

vitor.batalhone@fulbrightmail.org

**Recebido em:** 12/01/2018

**Aprovado em:** 29/03/2018

**Resumo:** Este artigo visa discutir a produção intelectual do erudito britânico Samuel Purchas, renomado coletor e compilador de relatos de viajantes, mapas e demais tipos de objetos potencialmente configuráveis como documentos históricos. A hipótese é que o descobrimento do Novo Mundo e as alterações ontológicas e epistemológicas surgidas no início da Modernidade, especialmente ao longo dos séculos XVII e XVIII, alteraram de tal forma as noções ocidentais de tempo e espaço, que a coleta de objetos-documentos surgia aos olhos de eruditos, humanistas, historiadores e demais letrados como uma tarefa hercúlea de compilação aparentemente sem fim. Se ao menos a dimensão espacial-geográfica enfim encerrava-se através do conhecimento pleno do globo terrestre, o tempo linear progressivo indicava uma instância absoluta tendendo ao infinito.

**Palavras-chave:** Erudição, Purchas, geografia.

**Abstract:** This paper aims to discuss the intellectual production of the British erudite Samuel Purchas, the well-reputed collector and compiler of travellers' accounts, maps, and other sort of objects potentially frameable as historical documents. The hypothesis is the discovering of New World as well as ontological and epistemological changes arisen at the beginning of Modern times, especially along the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries, has changed so much Western concepts of time and space that collecting objects-documents appeared to the eyes of scholars, humanists, historians, and other lettered men as an herculean task of apparently endless compiling. If on one hand the spatial-geographical dimension at long last had closed itself through the full acknowledgement of the Earth globe, the linear progressive notion of time seemed to be a sign of an absolute instance tending to the infinite.

**Keywords:** Erudition, Purchas, geography.

*Lavender haze  
Djarum vanilla  
Turkish Jade.  
MS MR.*

Segundo Loren E. Pennington, tudo indica que o famoso editor britânico Samuel Purchas era um sujeito afável, engenhoso e altamente respeitado nos principais círculos intelectuais e sociais



da Londres do século XVII. Purchas nascera provavelmente em 1577 e faleceu em 1626. Sua carreira de editor durou de 1613 a 1626. *Hakluytus posthumus, or, Purchas his Pilgrimes*, seu mais importante livro, circulou em grande volume pela Europa de sua época, havendo fortes indícios de que tal edição de relatos de viagem tenha sido mesmo utilizada como inspiração para textos de William Shakespeare e John Milton. No século XVIII, Daniel Defoe e Jonathan Swift também recorreram às narrativas de viajantes coletadas por Samuel para compor suas famosas novelas, e Jean-Jacques Rousseau o cita em sua *Julie, ou la nouvelle Héloïse*, de 1761. Partes do seu compêndio teriam ainda sido utilizadas pelo secretário de Estado Sir Dudley Carleton no intuito de aprender a se prevenir contra os holandeses, e o *Committee of Trade and Plantations* propôs que as histórias editadas por Purchas fossem continuadas em proveito das *plantations* de Sua Majestade britânica (PENNINGTON, 1997, p. 5-10, 14).<sup>1</sup>

Em 1613 ele publicou *Purchas His Pilgrimage; or, Relations of the World and Religions Observed in all Ages and Places Discovered from the Creation unto this Present*. Se o propósito de Hakluyt em colecionar e publicar as *Principal Navigations* era ajudar a criar uma consciência nacional do destino marítimo da Inglaterra, o de Purchas ao publicar sua própria vasta coleção de viagens era de todo diferente. O título deste primeiro livro sugere antes que seu propósito era ilustrar a diversidade da criação de Deus e desse modo iluminar Seu propósito. No *Pilgrimage* ele expõe a visão de mundo anglicana baseada em material que ele posteriormente publicaria por completo, apesar dos cortes editoriais, nos seus *Pilgrimes*. O *Pilgrimage* pode portanto ser percebido como um guia para os *Pilgrimes*, ou os *Pilgrimes* como um apêndice estendido (20 volumes, na edição de Glasgow de 1906) de *Pilgrimage*. (HITCHCOCK, 2004, p. 304-305).

Se o renome de grande editor atribuído a Samuel Purchas é inquestionável, todavia não é evidente o que implicavam suas atividades. Seu grande renome aparece frequentemente associado às suas funções de editor, colecionador, historiador, geógrafo e cientista com grande destaque para sua dimensão de teólogo, embora seus *Pilgrimes* constituam fundamentalmente uma coletânea de mapas e relatos de viagens antigos e modernos utilizáveis tanto com vistas a fins práticos quanto de erudição. Quando Athanasius Kircher decidiu reimprimir o *Códice Mendoza* em 1654 no intuito de provar a similaridade entre o sistema de escrita pictográfica asteca registrado no documento em questão e os hieróglifos egípcios antigos, foi à reprodução do *Códice Mendoza* contido no livro de Samuel Purchas que o erudito jesuíta germânico recorreu. Posteriormente, durante as primeiras décadas do século XIX, o *Códice* se tornaria a principal fonte para a escrita da história dos povos Astecas, de forma que Edward King, Lord de Kingsborough, escreveu sua “monumental” *Antiquities of Mexico: Comprising fac-similes of ancient Mexican paintings and hieroglyphic* fundamentalmente a partir da reprodução do *Códice Mendoza* editado e publicado por Purchas. A obra de Edward King

---

<sup>1</sup>Todas as traduções de línguas estrangeiras para o português são de autoria do próprio autor.



visava ainda sustentar a teoria hipotética de que os indígenas nativos americanos eram descendentes dos judeus antigos (PENNINGTON, 1997, p. 12, 18, 36).

Samuel Purchas era um sujeito bastante religioso, foi vicário, capelão e reverendo da Igreja Anglicana inglesa, atuando em paróquias de Essex e Londres, onde possivelmente conheceu muitos de seus informantes e fornecedores de manuscritos. Bem educado, estudou no St. John's College da Universidade de Cambridge. Porém, apesar de ter se colocado como herdeiro intelectual direto e legítimo de outro famoso erudito britânico, a saber, o cosmógrafo Richard Hakluyt, o renome intelectual de Purchas não surgiu espontânea e inesperadamente. Os *Pilgrimes* de Purchas correspondem a uma emulação programática da coletânea de viagens de Hakluyt, inclusive porque este último havia concebido seu trabalho de coleta de documentos históricos como um empreendimento erudito necessariamente coletivo, uma vez que em desenvolvimento constante. Hakluyt, por sua vez, herdara a prática de coletar relatos de viagem de seu primo, Richard Hakluyt, o velho, o qual trabalhou como advogado de uma companhia de consultoria geográfica mercante prestando serviços para muitos dos maiores exploradores ingleses do século XVI (HELTERS, 1997, p. 163-164, 169-170).

Estes consultores de geografia comercial fizeram suas primeiras tentativas de coletar e codificar informação prática de geografia estrangeira. O Richard Hakluyt mais velho especializou-se em informação mercantil. Richard Hakluyt, o jovem, nasceu em 1552, um ano antes da primeira expedição *Northeast Passage*, um ano antes de Richard Eden traduzir o *Tratado da Nova Índia* de Munster (tratando das descobertas na América) para o inglês. Ele era, de fato, o mais jovem de uma linha de geógrafos práticos. (HELTERS, 1997, p. 162).

Quando Richard Hakluyt morreu em 23 de novembro de 1616, uma enorme demanda por mapas e documentos originais ficou sem poder ser suprida. O vazio ocasionado pela morte de Hakluyt colaborou para que Purchas pudesse atender às expectativas de tal demanda por documentos, mapas e relatos de viagem. Posteriormente, Samuel Purchas passou a ser compreendido como colecionador de antiguidades, organizador de museu, ou mesmo “mero trabalhador de arquivos.” Diferentemente de Hakluyt, o qual era concebido como exímio coletor de objetos caracterizáveis como históricos, sendo capaz ainda de organizá-los tão habilmente que os “materiais quase crus” poderiam contar uma história. Até o século XVIII, Hakluyt despertava maior interesse dos críticos do que Purchas, tendência que se inverteu após o referido período. Purchas foi capaz de superar Hakluyt em muitos sentidos. Seu compêndio possui menor volume de mapas e documentos oficiais, porém possui um volume total 25% maior e um melhor conjunto de narrativas contendo relatos não somente de autoridades antigas, como também contemporâneos seus de outros países e regiões, ao contrário de Hakluyt, o qual coletara basicamente material



referente às explorações inglesas. De toda forma, ambos são ainda hoje considerados dois dos maiores coletores e organizadores de relatos de viagens da Europa (MANCALL, 2007; HELFERS, 1997, p. 160-169).

Hakluyt não tratou apenas de estudos cosmográficos ou da coleta de relatos e mapas, mas também desempenhou papel definitivo na construção da “metodologia de colonização inglesa”, sendo que em 1584 ele dedicou seu tratado *Discourse of Western Planting* à rainha Elizabeth. Apesar da obra de Samuel Purchas também ser intencionalmente voltada para fins práticos, dado o próprio desejo manifesto de ser herdeiro de Hakluyt, seus compêndios apresentam ainda mais o caráter de obra erudita. Isso se deve acima de tudo à sua coletânea de narrativas de viagem e histórias de povos radicalmente diferentes de seus símiles europeus. “Purchas, como Hakluyt, era antes um historiador de viagens que um viajante ele mesmo. Ainda mais que Hakluyt, Purchas era um observador e não um participante (ou mesmo um consultor) nos eventos decisivos de exploração e comércio que estava tendo lugar.” (HELFERS, 1997, p. 162-163).

Purchas provavelmente desenvolveu seus conhecimentos de arquivista e historiador a partir de seu trabalho com o livro de Hakluyt, o qual teria aderido aos princípios críticos e aos clamores de objetividade historiográficos. Isso teria ocasionado que tanto Hakluyt quanto Purchas se sentissem motivados antes pela coleta de documentos do que pela representação de suas próprias narrativas, embora seus compêndios tragam textos de suas penas. Ambos recorreram à interpolação de documentos, técnica que culminava numa espécie de polifonia discursiva na qual histórias de diferentes tons sobrepõem-se sucessivamente. Há também considerável volume de apêndices textuais ao longo de todo o texto: notas marginais, introduções, prefácios, homenagens.

Entre os papéis que Purchas adquiriu de Hakluyt estava uma estranha carta que Thomas Cavendish escreveu no navio de sua bandeira, o *Galleon Dudley*, brevemente antes de sua morte – a exata causa ainda é de toda desconhecida – na qual ele culpava John Davis, capitão do *Desire*, pela falha da expedição, provavelmente com razão. Purchas parece ter decidido que agrupar os dois documentos relacionando a expedição de reconhecimento de 1591-93, e ele excepcionalmente interrompia o fluxo das penas de alguns homens para escrever uma introdução (*Pilgrimes*, XVI, To the Reader, p. 146-51). (HITCHCOCK, 2004, p. 305).

Esse tipo de prática editorial estava diretamente relacionada àquelas de caráter erudito que também animavam o empreendimento de Purchas. Parte destas práticas referem-se ao tipo de crítica de documentos como avaliação contextual e filológica. Ao fazer a crítica dos relatos narrados por Anthony Knyvett, Samuel discute sobre a filologia de dois vocábulos de origem indígena, fundamentando sua deliberação sobre a não veracidade de determinadas informações registradas por Knyvett. Sua crítica sustenta-se em demonstrar a confusão feita por Anthony entre *surucucu* e



*sucuri*. Outra característica a ser notada em seu livro é o caráter religioso e anticatólico materializado nos cortes editoriais realizados nos documentos reproduzidos, sem quaisquer motivações aparentes e justificáveis. Isso causou perdas de originais difíceis de serem calculadas (FITZGERALD, 2007; HITCHCOCK, 2004, p. 306-309). “É impossível saber quanto foi perdido pelos apagamentos das páginas finais da narrativa de Anthony [Knyvett].” (HITCHCOCK, 2004, p. 308).

Alguns críticos acreditam que o trabalho de Purchas possui falhas que vão além dos cortes irregulares que realizava na edição de seus materiais, por exemplo os comentários contendo pregações religiosas ou comentários que não concernem aos assuntos registrados. Todavia tal conjunto de criticismo desconsidera a diferença fundamental entre as tradições das quais ambos os humanistas ingleses partiram, tentando conformá-los à nossa normatividade historiográfica disciplinar. A imperatividade de caráter científico que exigiria a adequação ótima e verdadeira entre tais discursos e a realidade não constituía norma essencial, pois o mundo de Purchas e Hakluyt ainda era parcialmente constituído de estruturas medievais místico-religiosas. Samuel muito provavelmente pretendia dar continuidade à tradição medieval de narrar peregrinações religiosas por meio de sua adequação às narrativas de viagens ao Novo Mundo. Se a correção de coordenadas geográficas, astronômicas, mapas e rotas era mais facilmente regrada, medida e controlada, a crítica filológica e documental tinha que lidar com a alteridade radical de suas fontes. Para além da forte religiosidade predicável a Purchas, a importância das narrativas bíblicas não pode ser reduzida apenas a mero conteúdo anedótico. “Toda sua curiosidade era validade pela referência às Escrituras, a qual se justificava como seu motivo primeiro”, determinando sua concepção de mundo e tornando-se medida fundamental da sua crítica às narrativas de outros povos (HELTERS, 1997, p. 168-169).

O estilo simples da prosa de muitas das narrativas e maior parte dos documentos de suporte também frustram expectativas literárias por camadas de significado e alusão, e representação simbólica de um tema. Ao invés, o leitor é confrontado em sua maior parte por uma descrição direta, concreta, e por uma narração de conflitos baseados em confrontos com situações elementares, tais como os desafios para se manter um pequeno barco flutuando nos mares pesados de uma tempestade, ou entre *icebergs* do norte; as dificuldades intrínsecas de iniciar contato com os nativos; a excitação não refletida pela aventura em busca de riquezas e maravilhas; ou a frequentemente fatal tensão resultante entre os membros de uma expedição confrontados com situações desconhecidas e ameaçadoras. Todas estas características, entretanto, apontam para a simplicidade e o caráter direto da tradição realista de novelas. Na verdade, os escritores buscavam sim os símbolos, as comparações e alusões para relacionar suas sensações de maravilhoso nas experiências do novo às audiências em suas casas. Mas em tais narrativas de descobertas e explorações o maravilhoso é baseado firmemente na realidade concreta da situação. A imaginação deveria entrar em jogo menos para criar realidade do que para conectar o vazio entre o novo e maravilhoso ambiente à familiaridade de casa. (HELTERS, 1997, p. 166).



Assim como nos relatos de historiadores antigos, o caráter direto da experiência narrada, por mais maravilhosa que fosse, parecia garantir a veracidade das realidades narradas. Havia algo de familiar até mesmo no maravilhoso que parecia garantir a legitimidade das narrativas carregadas de alteridade, isso desde que fossem garantidas por testemunhas ou sujeitos da experiência diretos. As codificações discursivas tanto dos próprios relatos de viagem quanto das representações de historiadores, antiquários, humanistas e demais eruditos não eram de todo desprovidas de normatividades. Todavia, estas não eram plenamente acopláveis ao desejo imperativo de adequação entre representações pretensamente verdadeiras e realidades de referência característico da tradição cultural científica disciplinar.

Segundo François Hartog, a narração de maravilhas funciona como espécie de garantia do maravilhoso ao dar “a impressão de transmitir ao destinatário a alteridade em ‘estado bruto’ ou ‘selvagem’”. A convicção do destinatário surge através da orientação de seu ato de leitura pelas experiências múltiplas acumuladas difusamente na memória registrada ou não. “O fazer crer do narrador enxerta-se, com efeito, no querer-crer do público, do mesmo modo que em sua recusa de crer”, de forma que a “recusa de crer é, pois, recuperada e serve, no fim das contas, para reforçar o fazer-crer da narrativa”, pois atestada pela testemunha das experiências narradas (HARTOG, 2014, p. 261-269, 301-302). No caso das narrativas coletadas e editadas por Purchas, podemos afirmar a existência de núcleos porosos no estabelecimento de relações entre as maravilhas do Novo Mundo, as do Antigo e aquelas atestadas por tradição ou ciência. Mesmo “Sir Francis Bacon e seus contemporâneos consultavam Purchas”, argumentando que independentemente dos relatos serem verdadeiros ou falsos, o mais importante era que eles registravam “o esplendor, a maravilha, as assombrosas riquezas nos confins do mundo.” (PENNINGTON, 1997, p. 14, 18-19, 25-26). O potencial de crença em eventos maravilhosos foi colocado em questão de forma radical apenas a partir da segunda metade do século XVIII (DASTON, Lorraine ; PARK, Katharine, 1998; HELFERS, 1997, p. 166-169).

Tradução da diferença entre aquém e além, o *thôma* [o elemento maravilhoso] produz finalmente um efeito de realidade, como se dissesse: eu sou o real do outro. [ . . . ] Nesse postulado repousa sua verossimilhança. Na medida em que sua presença na narrativa produz um efeito sério, na medida em que cria um efeito de realidade (e há o feito sério apenas porque há efeito de realidade), enfim, na medida em que repousa no olho-medida do viajante, o *thôma* é bem um procedimento para fazer-crer, desenvolvido pela narrativa de viagem. [ . . . ] A narrativa de viagem traduz o outro, e a retórica da alteridade constitui o operador da tradução: de fato, é ela que faz o destinatário crer que a tradução é fiel. Globalmente, produz, pois, um efeito de crença. [ . . . ] O olho escreve (ou, pelo menos, a narrativa quer fazer com que se creia nisso). [ . . . ] Dessa relação entre a visão e a persuasão, o texto hindu faz um princípio jurídico: deve-se crer naquele



que viu. Já a narrativa de viagem faz dessa mesma relação um princípio de escrita e um argumento de persuasão voltado para o destinatário: o “eu vi” é como um operador de crença. [. . .] O invisível (para vocês) eu torno “visível” através do meu discurso. (HARTOG, 2014, p. 251, 273, 276, 278).

Mesmo apesar do recurso à crítica histórica ou documental, o apelo à veracidade dos relatos é frequentemente dado pelo caráter fiduciário do próprio narrador enquanto testemunha. Penso que seria como se independentemente do nível de alteridade suscitado por sua experiência radical os viajantes ainda constituíssem a mais familiar opção de “filtro” cognitivo e estético por parte do observador-narrador. Ao ponto que tanto Hakluyt quanto Purchas escreviam seus resumos dos documentos a partir de si próprios em primeira pessoa. Samuel chegou a afirmar a primazia do testemunho visual para lidar com os assuntos humanos (HELTERS, 1997, p. 182-183).

Esta preferência [pelos relatos de viajantes] tem valor educacional e pragmático; a especificidade dos conteúdos pessoais é mais rentável (em termos de conhecimento científico e sobrevivência pessoal) que as generalizações de geografia [ou história] teóricas. Na negociação, a anexação de informação a um narrador específico dá a oportunidade para ocorrer tanto o elogio quanto a censura; o indivíduo se torna a garantia de suas próprias palavras. Tal política cria uma importante, embora implícita, situação editorial: isto faz de narrações diretas de histórias o foco de interesse, um foco pontuado por documentos de suporte, os quais dão corpo como cenário de ação. O editor, embora invisível, tem um importante papel deliberativo. (HELTERS, 1997, p. 177).

Através da construção de um discurso historiográfico singular, Samuel Purchas logrou construir um símile de narrativa histórica a partir da organização sistemática e sequencial de diferentes tipos de textos e mapas transformados em documentos históricos, tornando “visível”, imaginável, a sequência e a relação entre os eventos dos relatos. Opinião semelhante era difundida a respeito da coletânea de Richard Hakluyt, embora posteriormente parte de sua fortuna crítica tenha mudado de avaliação e seu livro tenha sido identificado a um amontoado desconexo de documentos em potencial. O recurso à cronologia possibilitava a operação de um modelo de estruturação para as múltiplas relações de sucessão causal registradas nos livros de relatos de viagem em questão, ao mesmo tempo que permitia uma situação de desenvolvimento permanente das agendas de investigação ao sugerir a ideia de uma história nunca plena de todo. A descoberta espacial moderna do globo terrestre e dos diferentes povos que habitavam terras longínquas, conjugada à concepção de progressão linear do tempo rumo ao infinito, sugeria a ideia de que muitos documentos ainda deveriam ser coletados para que não somente fosse possível produzir conhecimento científico mais completo e verdadeiro a respeito de diferentes povos e regiões, como também obter controle sobre os mesmos (HELTERS, 1997, p. 165-167).

### **“Um Atlas e um Hércules” para unir antigos e modernos: cronologia como complemento à cartografia**



Ao longo do século XVII até meados do XVIII, muitos eruditos tentaram dar prosseguimento ao projeto de coleta e edição de relatos de viagem, mapas ou demais tipos de objetos conformáveis em documentos históricos. O fundamento deste projeto havia sido previamente realizado por Hakluyt e Purchas. Entretanto, os próximos compiladores começaram a enfrentar dificuldades para oferecer a massa colossal de documentos novos aos quais obtinham acesso. Uma das soluções foi resumir em narrativas ou trechos algumas das fontes caracterizadas como menos importantes. Outra alternativa adotada foi reduzir algumas narrativas à mera informação de suas existências. Mas provavelmente a solução mais curiosa tenha sido aquela oferecida pelo cartógrafo John Green, o qual, além de realizar as duas operações anteriormente descritas, ainda optou por conectar os resumos dos documentos ao longo de um eixo narrativo, alegando falta de espaço nos volumes e maior comodidade para o leitor. “Mas, ao menos no que concernia Samuel Purchas, a tarefa era impossível. Apesar de todo esforço e ingenuidade de Green, *Purchas his pilgrimes* não podia ser levado ao século XVIII por meios de sumarização, reorganização ou reescrita”. (PENNINGTON, 1997, p. 17-18).

Histórias que antes eram narradas a partir dos fundamentos escatológicos das religiões de tradição judaico-cristã ou de maneira não necessariamente conectadas em um *télos* singular passaram a ser percebidas como pertencentes a uma estrutura maior e universal cuja natureza sugeria a propriedade de ser absoluta. A contrapartida lógica dos eventos históricos dos primeiros séculos da Modernidade teria sido portanto, a identificação entre a percepção dos termos absolutos do mundo natural, objeto da ciência em desenvolvimento, assim como a substituição das escatologias religiosas pelas promessas de desenvolvimento histórico do homem pela sua própria ação. Se por um lado a dimensão espacial da realidade adquiria um caráter absoluto, pois que o planeta era descoberto em sua plenitude através das navegações, por outro o tempo se abria indefinidamente, uma vez que o tempo natural substituíria progressivamente as origens mítico-religiosas e as escatologias.

O paralelo historiográfico deste fenômeno pode ser percebido não somente na forma como as representações cronológicas evoluíam, mas também na percepção por parte de historiadores, eruditos e cientistas, de que a coleta de dados e documentos parecia nunca ter fim. Tal ideia de totalidade era sugerida, por exemplo, pela organização fundamental dos compêndios de Hakluyt, mas sobretudo pelos de Purchas. Seus livros eram construídos com base numa organização conjugada entre divisões geográficas e sequenciamento cronológico, de forma que foi na cronologia que astronomia, astrologia, história, filologia, estudos das Escrituras e cartografia produziram seu melhor amálgama. A produção de cronologias específicas ou universais ao longo do início da



modernidade funcionava a partir da coleta de fragmentos documentais, sua exegese crítica e consequente processamento em relação a informações astronômicas como datas de eclipses e outros efeitos cósmicos, os quais deveriam oferecer parâmetros seguros de legitimação de séries cronológicas. Na cronologia, erudição e ciência operavam harmonicamente (GRAFTON, 2001, p. 135-139).

O núcleo do interesse erudito em fragmentos, todavia, está na mais famosa disciplina da metade do século dezesseis: cronologia, o Estruturalismo dos anos 1560, o qual procurou fundir dados filológicos e astronômicos em um novo, sólido eixo a que o historiador poderia afixar em sua ordem apropriada tais engrandecedoras matérias como as vidas de grandes filósofos e batalhas de grandes comandantes (GRAFTON, 2001, p. 134).

Apesar das cronologias serem determinadas por características histórico-culturais específicas, constituindo um dos artifícios intelectuais que compõem “nossa mobília mental”, o caráter natural do tempo adequadamente associado às representações cronológicas faz com que dificilmente notemos que o tempo linear da história universal não informa tudo sobre todas as histórias de fato ou possíveis. Ou seja, a subsunção do tempo natural às cronologias universais surgidas a partir do século XVII, mas especialmente a partir do XVIII, fez parecer que todos os seres humanos deveriam obedecer à mesma ordem geral do tempo histórico identificado ao tempo natural pensado como absoluto. Além disso, a partir de certo estágio da modernidade, as cronologias foram usualmente tratadas como formas rudimentares de historiografia, ou seja, como formas embrionárias, ainda não plenamente desenvolvidas das formas de representação, pensamento e experiência históricos modernos. Anais, listas de datas e eventos, ou mesmo os conteúdos sequenciais não plenamente narrativos das crônicas medievais eram teologicamente conformados como formas imperfeitas das modernas narrativas historiográficas contínuas. Provavelmente o maior impacto causado pela evolução da ciência cronológica moderna tenha sido causado pela oferta de formas visuais de representação do tempo histórico (GRAFTON; ROSENBERG, 2010, l. 90-99).<sup>2</sup>

A maior parte de nossas concepções tradicionais sobre o tempo são representadas em seus caracteres mínimos a partir de analogias com conceitos, ideias e demais representações espaciais. Expressões como “espaço de tempo” ou mesmo o recurso direto às técnicas e prescrições disciplinares da cartografia para criar “mapas” temporais no início da modernidade são indícios de que pensar o tempo histórico através de metáforas geográficas ou meramente espaciais colaboraram na consolidação de representações conceituais e imagéticas do tempo através da

---

<sup>2</sup> As edições de livros na versão Kindle não possuem numeração de páginas, mas localizações. Desta forma, quando forem citadas ou referidas edições de livro no formato Kindle, o autor optou por usar “l.” para substituir localizações, ao invés da tradicional “p.” para páginas, conforme requer o modelo Autor-Data.



construção de cronologias. Eusebius, bispo de Cesareia, desenvolvera já no limiar dos séculos III e IV, tábuas cronológicas que permitiam perceber o tempo enquanto estrutura linear. Com o conhecimento progressivo de povos e culturas diferentes, cronologistas modernos tiveram que enfrentar o desafio de conformar passados e histórias diversos, frequentemente conflitantes, em um todo ordenado no qual cada história particular estivesse de alguma forma em relação com seus demais congêneres. Desafio que aumentava de magnitude para aqueles historiadores, eruditos e cronologistas interessados em demonstrar a verdade superior da história eclesiástica sobre todas as demais, afirmando que mesmo pagãos e gentios estavam, de alguma maneira, colocados sob os desígnios divinos.

Armados com novo conhecimento a respeito da superfície da Terra, cartógrafos renascentistas atualizaram antigos mapas criados por Ptolomeu no segundo século para incluir as Américas, o Oceano Índico e muito mais. Ao mesmo tempo, técnicas de mapeamento foram melhoradas, com resultados impactantes tanto para a ciência quanto para a política. Pelo século dezessete, o mapa se tornou o símbolo chave não somente do poder dos monarcas mas do poder do conhecimento em si. A cartografia era um modelo das novas ciências aplicáveis; ao mesmo tempo complexa e precisa, ela também deu uma impressão de imediatividade e realismo. No nível do detalhe, a cronologia seguiu um caminho similar. No mesmo período, astrônomos e historiadores – tal como Gerardus Mercator, agora famoso como um cartógrafo – começou coletando evidência astronômica – registros de eclipses datados e outros eventos celestiais mencionados por historiadores antigos e medievais. Eles começaram a dar sentido aos eventos não apenas os confrontando com longas séries de anos, mas também com eclipses solares e lunares que poderiam ser precisamente datados em termos de dias e horas. Cronologias se tornaram precisas e testáveis em um novo sentido, e a nova paixão pela exatidão era refletida nos esforços para representar o tempo de novas formas. (GRAFTON; ROSENBERG, 2010, l. 258-267).

Durante o Renascimento europeu, os estudos de cronologia possuíam estatuto superior em relação aos historiográficos. Eruditos de então acreditavam que a cronologia possuía conteúdo científico derivado não somente no conjunto de técnicas e fundamentos teóricos que a sustentavam, mas também em razão da disciplina estar em relação de interface com demais ciências da época. Além disso, “enquanto a história tratava de estórias, a cronologia lidava com fatos”, os quais “tinham significante implicações fora dos estudos acadêmicos de história”. Como afirmado anteriormente, cronologistas enfrentaram desde a Antiguidade o desafio de enquadrar múltiplos registros de passados diversos em todos coerentes, os quais foram recorrentemente registrados em termos de coordenadas espaço-temporais. Cronologia e cartografia representavam o aspecto científico-disciplinar de tal fenômeno, cujo corolário era representado pela tradicional definição da cronologia e da geografia como “os dois olhos da história: fontes precisas, inquestionáveis de



informação, as quais introduziam ordem no aparente caos dos eventos.” (GRAFTON; ROSENBERG, 2010, l. 90-99, 255-258).

De acordo com esta consideração, para algo ser qualificado como historiografia, não é suficiente que o texto “tratasse de reais antes que meramente imaginários eventos”; e não é suficiente que [represente] eventos em sua ordem de discurso segundo uma configuração cronológica na qual eles originalmente ocorreram. Os eventos devem ser... revelados como possuindo uma estrutura, uma ordem de significado que eles não possuem como mera sequência. Durante muito tempo pensadas como “meras sequências”, em nossas histórias da história, cronologias têm sido recorrentemente deixadas de lado (GRAFTON; ROSENBERG, 2010, l. 106-113).

É justamente esta revelação de estruturas, de ordens de significados possibilitado parcialmente pelo efeito estruturante das cronologias, que as regras e os princípios da historiografia moderna passaram a garantir como dimensões e funções paralelas àquelas das ciências naturais. O fato registrado no documento surgia como elemento mínimo da atividade do historiador moderno. Todavia, eles deveriam ser avaliados objetivamente quanto à sua relação de adequação verdadeira com a realidade. Subjetividades e partidarismos deveriam ser abolidos da atividade de historiar assim como a matemática é capaz de oferecer um parâmetro seguro e absoluto de conhecimento do mundo natural. Isto pode ser observado não apenas na obra de Purchas, como também nas formas como seus compêndios foram recebidos, compreendidos e trabalhados desde as décadas iniciais do século XVII.

No entanto, em um mundo conturbado pelas guerras religiosas europeias ainda fundamentalmente constituído de representações cosmológicas místico-religiosas, a verdade secular ainda era pensada como dependente de sua correspondência a uma hipotética verdade religiosa garantida principalmente por revelações de fé. Nas palavras de Purchas: “a Verdade do Cristianismo tal qual professada e estabelecida pela nossa Igreja.” (PURCHAS, 1614, s/p.). Todavia, ainda segundo Samuel, indivíduos dotados de algum conhecimento erudito poderiam conhecer as leis da Natureza através da utilização de argumentos indutivos justamente em razão do fato do mundo natural, o espaço e Deus poderem ser identificados em suas extensões como totalidades nas quais eventos singulares e histórias particulares se tornam possíveis e das quais conseqüentemente fazem parte. No que toca a história, caberia registrar histórias particulares visando favorecer “a prática de todos os homens”. A história como dimensão coletiva da vida humana começava a ser potencialmente pensada em razão da secularização do mundo ocidental (CATROGA, 2010; KOSELLECK, 2004; PURCHAS, 1614, s/p.).

Um dado bastante significativo diz respeito ao fato de que ainda no início do século XIX muitas das histórias narradas a partir dos relatos coletados por Samuel ainda serem escritas na



forma de anais ou cronologias históricas, “ambas as quais representavam transições [para formas modernas de narrativas historiográficas] a partir de antigas coleções” de manuscritos, mapas e relatos de viagem. Nos textos introdutórios ao *Purchas his Pilgrimage* já podemos observar o caráter projetado para tal empreendimento. Como de costume, a edição é iniciada por anexos textuais que cumpriam funções determinadas. O conteúdo efetivo do compêndio é precedido por uma “Epístola Dedicatória” a Lord George, Arcebispo de *Canterbury*, e seguido de um texto de apresentação “Ao leitor”. Após a apresentação, há um breve espaço de página destinado à avaliação da obra pelos censores e no qual as partes essenciais do livro são referidas. Segundo o possível censor, a história seria “o corpo deste livro”, “vestido nas vestes típicas da geografia” e “adornado com as joias da cronologia”, por sua vez “coletadas dos tesouros das antiguidades”, cuja “melhor parte” seria entretanto a teologia. Tal diagnóstico de um terceiro não se afastava da avaliação do próprio Samuel Purchas, conforme o qual seu livro seria de fato uma coletânea sistematizada de materiais sobre o Novo Mundo, diversas antiguidades, a Bíblia, descrições de rotas e sobretudo um estudo comparativo entre diversas religiões do globo (PENNINGTON, 1997, p.24; PURCHAS, 1614, s/p.).

Na capa de *Purchas his Pilgrimage or Relations of the New World*, intitulado *To The Reader*, podemos ler após o título principal que o autor estava preocupado em coletar relatos de “lugares descobertos desde a Criação até este Presente”. Sua *Pilgrimage* implicava ainda a “história geográfica” de quase todas as partes do orbe terrestre, embora as “breves descrições” dos países, nações e Estados, com seus “costumes públicos e privados, e as mais notáveis raridades da Natureza, ou indústria humana” estivessem sequencial e logicamente subordinados às “Antigas Religiões antes do Dilúvio.” N<sup>o</sup> “A Epístola Dedicatória”, Purchas informava que também trataria das religiões da Ásia, África e América, ou melhor, das “presentes irreligiosas religiões”, para apenas algumas palavras depois afirmar que “perambularia” pelo “mundo para traçar seus [da “História Cristã”] passos e observar em todo lugar seus Semeadores, Corruptores e Reformadores.” Para Samuel Purchas, seria preciso “um Atlas e um Hércules” capazes de unir “Antiguidade e História Moderna, nas observações de todas as raridades do Mundo, especialmente da alma do mundo, a Religião.” (1614, s/p.).

Segundo o autor britânico, seu trabalho deveria ser considerado:

História Cristã e Eclesiástica, e acorde com os mesmos métodos que é enquadrado num *Todo* pela ordem do *Lugar*, indo minuciosamente de um País ao outro, em cada parte particular e muitos Países, pela ordem do *Tempo*, deduzindo nossas Relações, até que tenhamos outras pegadas para nos guiar, (embora não nomeando exatamente os dias e anos, e determinando questões em controvérsias



Cronológicas, ainda que de convenientes formas) desde os tempos Antigos, e descendo por níveis até o presente. (PURCHAS, 1614, s/p.).

Isto significava que suas histórias estariam organizadas para produzir sentido narrativo orientado conforme preceitos religiosos. Seu método constituía-se do ordenamento dos documentos de acordo com coordenadas espaço-temporais que sugeriam uma estrutura conformadora transcendente representativa da totalidade do real, a qual era logicamente sugerida pela conjugação dos vetores do tempo e do espaço. Como instanciação da dimensão espacial, tais histórias deveriam ser contadas de acordo com seu enquadramento em histórias de países, os quais seriam estudados em todas suas “partes particulares.” Além disso, afirma que apesar de não ter pretensões de ofertar datas precisas ou mesmo resolver questões controversas acerca de cronologia, seu trabalho possibilitaria deduzir as relações temporais entre sua própria sociedade e aquelas oriundas “desde os tempos Antigos, descendo por níveis até o presente.” Até que novos estudos fossem ofertados ou novos documentos descobertos, este deveria ser o caminho a ser trilhado (PURCHAS, 1614, s/p.).

O autor ainda sugeria que seu trabalho era de suma importância para os filósofos naturais, os quais poderiam observar diferentes aspectos dos “Elementos” e das “Criaturas”. Também oferecia diversos exemplos de “Leis, Políticas e Costumes, seus Inícios e Fins” para aqueles que desejassem conhecer sobre “assuntos de Estado”, estudando casos de diferentes “Estados e Reinos”. Por fim, Purchas reafirma seus votos de fé ao associar a história de “poderosos Impérios” aos desígnios da Providência, e, acima de tudo, a obtenção da “Verdade” através da prática constante da religião protestante. E já ao final de seu texto “Ao Leitor” [*To The Reader*], Samuel nos afirma que acredita nos exemplos das Escrituras, “as quais foram escritas para nosso aprendizado até o fim do Mundo.” Mas não esqueçamos que Purchas tinha “outro e maior propósito. Ele desejava promover a ciência, neste caso, a sabedoria sobre o mundo natural”, a qual era considerada como efeito divino (HELTERS, 1997, p.176; PURCHAS, 1614, s/p.).

O erudito britânico acreditava na necessidade de se acumular o maior volume possível de manuscritos, na necessidade da crítica documental e do recurso a registros de testemunhos diretos, na organização semântica de uma narrativa histórica articulada por geografias e histórias nacionais, na necessidade de estruturas cronológicas e projetos historiográficos. Purchas ainda recorria a alegorias sobre edificação para argumentar a respeito de seus empreendimentos históricos:

Purchas referir-se a si mesmo como o “Autor” expressa seu senso de importância do papel de editor. Ele o vê como uma parte ativa, análoga àquela do arquiteto e do supervisor de um prédio em construção. A concepção religiosa, até mesmo medievalmente religiosa, que Purchas tinha de sua função era legitimada pela comparação de si próprio a um mestre de obras (ou diretor de obras), o



coordenador e o principal trabalhador na construção de uma catedral gótica. [. . .] Todas essas evidências relembram o leitor que sua catedral verbal, com suas “Perambulações labirínticas”, é construído por muitos trabalhadores como uma construção de pedras medieval mas dotada de coerência pela presença de um projetista supervisor, um chefe de obras. (HELTERS, 1997, p. 176-177).

### **Geografia e cronologia documentadas: os olhos absolutos da historiografia**

No século XVIII, a obra de Samuel passou a ser tratada majoritariamente como uma coleção de fontes históricas, cujos relatos coletados deveriam ser previamente avaliados e criticados. No século seguinte, não somente houve grande produtividade de estudos críticos dos documentos presentes no compêndio, como também tais manuscritos eram reeditados em novas edições críticas eruditas, e os métodos editoriais de Purchas começavam a ser avaliados. A consequência do excesso de documentos coletados, editados e publicados foi a impossibilidade de publicar todos eles em seu conteúdo integral. Se uma solução técnica ao problema foi resumir e selecionar trechos de tais textos, sua consequência discursiva foi o privilégio dado a formas gerais, universais de narrativas históricas em detrimento de suas antigas formas particulares (HELTERS, 1997, p. 171; PENNINGTON, 1997, p. 22-24).

A história havia se tornado um processo temporal contínuo dotado de estrutura coerente e sentido. O conjunto de fatos e histórias particulares foram subsumidos em ideias de coletividade e representações universais da história tal como definido por Koselleck enquanto “singular coletivo”. O efeito de tais desdobramentos epistemológicos foi a concepção de que passamos a viver na história como se ela fosse um ente substancial, compreendendo os seres humanos como agentes dos processos históricos não necessariamente guiados por entidades transcendentais à sua própria realidade espaço-temporal, tais como Deus ou a Natureza. A conformação da história como disciplina científica pretensamente independente da retórica, da filosofia moral, da teologia e sua contrapartida na história natural, assim como da ciência jurídica esteve relacionada, ainda segundo Koselleck, ao desafio aristotélico da *Poética*. Para afirmar o caráter superior da história, sua natureza foi pensada a partir dos dois modelos concorrentes. Se a história tratava apenas do singular, agora ela deveria lidar com o universal. Não mais ocupar-se do singular, mas de suas relações organizadas representadas por uma narrativa na qual os desenvolvimentos dos eventos estivessem logicamente subordinados pela dimensão maior de uma história universal (KOSELLECK, 2004, p. 28-55, 62-73).

A resposta à questão da natureza e das potencialidades da história face às da poesia e da filosofia registrada na *Poética* de Aristóteles foi possivelmente realizada recorrendo-se às suas categorias do ser constantes na ciência do ser enquanto ser, ou seja, a *Metafísica*. Mas para assegurar



a explicação de quais partes e qualidades as coisas são dotadas, e assim garantir suas relações, articulando histórias à história por exemplo, não era possível sem demonstrar como as *Categorias* de Aristóteles existiam de fato no mundo. Para discernir entes históricos seria preciso não somente instanciá-los como elementos singulares dotados de características internas próprias, mas também determiná-los em relação à totalidade do ser histórico, da realidade total da articulação entre passado, presente e futuro na qual estão dados. O paralelo das ciências naturais sugeria que a dimensão temporal da realidade deveria compor uma totalidade regular tal como o espaço e a natureza eram concebidos cientificamente.

Desta forma, a prática comum de narrar as múltiplas histórias particulares de forma independente e suficiente antes da segunda metade do século XVIII deu lugar à subsunção de todas as histórias particulares sob uma noção de história ampla, universal, da qual todas as outras particulares fazem parte. Consequentemente, tornava-se possível dizer a natureza de todo ser histórico, uma vez que tanto sua organização interna quanto sua forma eram possíveis de ser conhecidas. Um ente deveria ser ou um elemento mínimo, uma história particular no caso, ou uma parte de um todo, isto é, a história enquanto dimensão última na qual as experiências humanas são dadas, o que implicaria também em afirmar que de alguma forma as partes e o todo deveriam comungar da mesma substância e forma pois, em seus limites, ambas estariam definindo-se mutuamente. Dizer a natureza, a essência de uma coisa, aquilo que ela de fato é – ou era, no caso da história – implicava saber o porquê de sua organização e forma características. E saber o porquê de algo ser exatamente aquilo que é implicaria o conhecimento de suas causas (ARISTOTLE, 1928).<sup>3</sup>

Esse núcleo epistemológico aristotélico constituiu fundamento para muitas ciências modernas, ainda que tenha sido posteriormente modulado em formulações originais a partir do século XVII. E ao aspirar à natureza da filosofia e da poesia, a história ainda logrou à conquista de uma dimensão prognóstica similar àquela das ciências naturais. Se era possível prever logicamente o todo uniforme da história, posto que universal, e compreender as causas e efeitos dos eventos históricos, deveria ser igualmente possível prever suas relações regulares no que se referisse à totalidade da história enquanto aglomerado de eventos. Esse era o caráter de regularidade ao qual a historiografia do século XIX buscava legitimar seu pertencimento ao domínio das ciências.

O século XIX recebia, portanto, o legado de uma história e de uma historiografia compreendidas como conjuntos de práticas e conhecimentos de matriz científica. Todavia, a

---

<sup>3</sup> Especialmente o Livro Z da *Metafísica*.



emulação do caráter potencial predicado à poesia na *Poética* abrira igualmente à história a possibilidade de ofertar futuros possíveis na medida em que aspirava às realidades universais e, portanto, ainda não instanciáveis de realidades históricas futuras, ou seja, ainda não atualizadas em eventos históricos singulares organizados pela teleologia da história universal. Afirmar o que a história e os sujeitos históricos poderiam ser a partir daquilo que foram permitia que fossem realizadas ações visando atingir os desejados fins, de forma que a fusão entre História e Poética gerou a versão científica da historiografia consolidada nas filosofias da história surgidas a partir de 1750, conforme sugerido por Koselleck (KOSELLECK, 2004, p. 48-50).

Destarte, mais do que nunca cartografia e geografia passam a compor os enquadramentos fundamentais sobre os quais a historiografia moderna passava a ser construída. Os documentos e demais vestígios do passado se tornando as infinitas peças de um colossal quebra-cabeças que, frequentemente, homens como Hakluyt e Purchas tinham que viajar pelo tempo e pelo espaço para encontrar. Pois, afinal, nenhum todo se sustenta vazio de suas partes.

#### **Referências Bibliográficas:**

ARISTOTLE. **Works of Aristotle**. Trans. and Edit. by W.D. Ross. Vol. VIII. Oxford: Clarendon Press, 1928.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil**. Uma perspectiva histórica. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

DASTON, Lorraine ; PARK, Katharine. **Wonders and the order of nature, 1150-1750**. New York: Zone Books; Cambridge: MIT Press, 1998.

FITZGERALD, Timothy. Samuel Purchas, His Pilgrimage. In: **Discourse on civility and barbarity: a critical history of religion and related categories**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2007.

GRAFTON, Anthony. Fragmenta historicorum Graecorum: fragments of some lost enterprises. In: MOST, Glenn W. (Ed.). **Aporemata – Kritische Studien zur Philologiegeschichte**. Collecting Fragments. Göttingen: Valdenhoeck & Ruprecht, 2001.

GRAFTON, Anthony; ROSENBERG, Daniel. **Cartographies of Time: A History of the Timeline**. Princeton: Princeton Architectural Press, 2010. Kindle Edition.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

HELTERS, James P. The Explorer or the Pilgrim? Modern Critical Opinion and the Editorial Methods of Richard Hakluyt and Samuel Purchas. **Studies in Philology**, v.94, n.2, p.160-186, Mar.-Jun./1997.

HITCHCOCK, Richard. Samuel Purchas as Editor: A Case Study: Anthony Knyvett's Journal. **The Modern Language Review**, v.99, n.2, p.301-312, Abr. / 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **história/ História**. Madri, Editorial Trotta, 2004.

MANCALL, Peter C.. **Hakluyt's promise: an Elizabethan's obsession for an English America**. New Haven: Yale University Press, 2007.



PENNINGTON, L. E.. **The Purchas handbook:** studies of the life, times and writings of Samuel Purchas 1577-1626, with bibliographies of his books and of works about him. London: The Hakluyt Society, 1997.

PURCHAS, Samuel. **Purchas his pilgrimage.** Or Relations of the World and the religions observed in all ages and places discovered, from the Creation unto this present In foure parts. This first containeth a theologicall and geographical historie of Asia, Africa, and America, with the ilands adiacent. ... Declaring the ancient religions before the Floud ... With briefe descriptions of the countries, nations, states, discoveries; private and publike customes, and the most remarkable rarities of nature, or humane industrie, in the same. The second edition, much enlarged with additions through the whole worke; by Samuel Purchas, minister at Estwood in Essex. London: Printed by William Stansby for Henrie Fetherstone, 1614.